

**Liberalisation, Gender and Livelihoods:
the cashew nut case
Working Paper 1 (*Portuguese*)**



photo: Steffen Cambon

**Mozambique
Phase 1: The North, January-December 2002**

Carin Vijfhuizen, Carla Braga, Luis Artur and Nazneen Kanji

February 2003

Tabela de Conteúdos

Agradecimentos	3
Abreviaturas	4
1. Introdução	5
2. Antecedentes e fundamentação do estudo	5
3. Objectivos e Métodos	9
4. Produção de Cajú: As mulheres produzem mas são excluídas das intervenções	10
4.1. Mulheres produzem: terra, árvores e produtos	10
4.2. As intervenções	12
4.3. A mulher a castanha de cajú e as intervenções	14
5. O processamento da castanha de cajú: género e meios de vida	15
5.1. O enceramento das fábricas em Moçambique	15
5.2. Angoche: enceramento das fábricas Angocaju e CCN	16
5.3. Cageba: Uma fábrica de média escala	18
5.4. Namige: ‘Os homens são ensinados a usar as máquinas, as mulheres aprendem a dançar’	19
5.4.1. A fábrica em funcionamento	19
5.4.2. Uma nova intervenção: os satélites	21
6. Comercialização	22
7. Conclusões e recomendações: Desafiando os estereótipos e mudando as abordagens	24
7.1. Produção	24
7.1.1. Pontos chave para acção:	26
7.2. Processamento	27
7.2.1. Pontos chave para acção:	29
7.3. Comercialização e o valor da castanha de cajú	29
7.3.1. Pontos chave para acção:	30
8. Referências	31

Agradecimentos

A equipe de pesquisa agradece a todos que directa e/ou indirectamente contribuíram para que este estudo fosse possível, a salientar:

Todos os trabalhadores, ex-trabalhadores e camponeses entrevistados.

Os estudantes que estiveram envolvidos na recolha de dados nomeadamente Maria de Lurdes Silvério, Jone Januário Mirasse, António Jorge Fernando e Manuel Pedro Maleia;

O sr. Ricardo Enosse e a eng. Zarina Laxmidas pelo apoio administrativo e técnico;

O grupo de referência nas pessoas de Soila Hirvonen da Embaixada da Holanda, Bridget Walker da Embaixada da Irlanda, Rogério Matule, Ana Machalela e Luis Xavier do INCAJU, Boaventura Mondlane do Conselho Central dos Sindicatos, Marcelo Chaquisse do MADER, Irene de Sousa da USAID, Carlos Costa da Tecnoserve e Benedito Zacarias do INIA pelo seu acompanhamento do trabalho;

Os doadores, **Embaixada da Holanda** em particular a Soila Hirvonen e a **Embaixada da Irlanda** na pessoa de Bridget Walker, pelo financiamento, espírito de cooperação e flexibilidade demonstrada ao longo da pesquisa; e

Um agradecimento especial ao INCAJU, particularmente a delegação de Nampula, à Companhia João Ferreira dos Santos (JFS), à Miranda Cajú, à SNV e à ADPP-Itoculo e a todos os seus colaboradores.

Abreviaturas

ADPP	Ajuda para o Desenvolvimento de Povo para Povo
AICAJU	Associação dos Industriais de Cajú
AMODER	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural
ANGOCAJU	Angoche Cajú
BM	Banco Mundial
CAGEBA	Cajú de Geba
CASCA	Componente de Apoio ao Sector de Caju (SNV, ADPP, AMODER)
CCN	Companhia de Cajú de Nacala
CLUSA	Liga das Cooperativas dos Estados Unidos da América
CNSL	Cashew Nut Shell Liquid
FAO	Food and Agriculture Organization
IIED	International Institute for Environment and Development
INCAJU	Instituto de Fomento do Cajú
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agrária
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ONG	Organização Não Governamental
PROAGRI	Programa Nacional para o Desenvolvimento Agrário
SNV	Netherlands Development Organization
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
USAID	United States Agency for International Development

1. Introdução

O projecto sobre Género e Caju em Moçambique faz parte do programa de pesquisa do International Institute for Environment and Development (IIED) entitulado “Liberalização, Género e Meios de Sustento: o Caso de Caju”. O programa contempla estudos do sector da castanha de caju em Moçambique e na Índia. Em Moçambique, o projecto está a ser implementado entre o IIED em Londres e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Maputo. As embaixadas da Holanda e da Irlanda financiam a pesquisa em Moçambique, que está a ser realizada pelos seguintes investigadores: Dra. Nazneen Kanji, Investigadora Principal do programa; Dra. Carin Vijfhuizen, coordenadora da pesquisa em Moçambique, dr. Carla Braga e Eng. Luis Artur, pesquisadores do projecto em Moçambique. O projecto iniciou as suas actividades em Janeiro de 2002 e irá terminar em Junho de 2004. Em 2002 foi efectuada uma pesquisa em Nampula no Norte de Moçambique. A pesquisa de 2003 irá cobrir o Sul. Os seis meses de 2004 serão usados para a divulgação dos resultados finais.

O presente relatório apresenta os principais resultados da pesquisa na província de Nampula. Mais detalhes podem ser encontrados nos quatro relatórios específicos em anexo: Namige (por Braga, C.), Itoculo (por Vijfhuizen, C.), Angoche (por Artur, L.) e Geba (por Braga, C. e Artur, L.).

Este relatório principal começa com os antecedentes e fundamentação do estudo e apresenta na terceira secção os objectivos e a metodologia. A secção 4 analisa o envolvimento da mulher na produção do caju (Estudo de Caso - Namige), as intervenções naquela área, (Estudos de caso - Itoculo e Namige) e a ligação entre produção e intervenção na perspectiva de género. A secção 5 trata do processamento e analisa as condições de vida dos antigos trabalhadores de duas fábricas de caju agora fechadas em Angoche (Estudo de caso - Angoche) e analisa duas fábricas de média escala em funcionamento em Geba e Namige (Estudos de caso - Geba e Namige) na perspectiva de género. A secção 6 analisa os aspectos principais da comercialização. A última secção apresenta as conclusões e recomendações.

2. Antecedentes e fundamentação do estudo

Moçambique foi um dos maiores produtores de caju no mundo. A produção atingiu o ponto mais alto em 1972 tendo se comercializado 216,000 toneladas métricas. Depois da independência em 1975 a produção não podia ser sustentada devido a várias razões: guerra e deslocações; políticas estatais inconsistentes; baixos preços de produção; sistema de comercialização debilitado e acesso limitado de meios; escassez de bens de consumo e alimentos; secas severas; envelhecimento das árvores (60-70% com mais de 25 anos); doenças como o *Oidium anacardium*, anthracnose, insectos como *Helopeltis* e a *Cochinilla*; assim como queimadas descontroladas. Hilton (1998) afirmou que as queimadas descontroladas eram a principal causa da morte dos cajueiros. A produção média de um cajueiro agora é de 2-4 kilogramas, quando se poderia produzir 10-15kg (Wandschneider et al, 1999; Hilton, 1998, Mole, 2000 e Casca, 2002). Em Moçambique, o caju é produzido por famílias de camponeses produtores e existem muito poucos produtores de grande escala.

Em 1995 o governo moçambicano liberalizou o sector do caju sob pressão do Banco Mundial como condição para ter acesso a créditos dessa instituição. O Banco utilizou os seguintes argumentos económicos:

1. A redução das taxas de exportação da castanha em bruto iria incentivar a procura e suscitar competitividade entre os exportadores.
2. A eliminação de licenças de comércio iria aumentar o número dos comerciantes.
3. Os comerciantes iriam competir pela castanha bruta e pagar preços mais elevados aos camponeses produtores.
4. Os preços elevados aos produtores iriam aumentar o incentivo da comercialização da castanha e mais tarde aumentar os rendimentos agrícolas.
5. O incentivo no preço iria encorajar mais camponeses a produzirem castanha de caju e os actuais produtores a melhorarem a gestão dos cajuais e o plantio de novas árvores.

O objectivo da política era revitalizar a produção da castanha de caju ao nível dos camponeses produtores. “Tratando-se da segunda maior fonte de divisas e de uma fonte vital para centenas de milhares de camponeses pobres, a revitalização do sector da castanha de caju é um aspecto chave para o desenvolvimento e redução da pobreza em Moçambique” (Banco Mundial, 2001: 51). O facto de a redução das taxas poder provocar a queda da indústria moçambicana de processamento foi considerado consistente com as ideologias neo-liberais segundo as quais as indústrias devem competir no plano internacional e caírem se não puderem competir sem o apoio do governo. A perda de 10.000 empregos no sector de processamento não foi considerada suficientemente importante, comparativamente aos benefícios que estavam previstos para um grupo mais amplo de camponeses (Kanji et al, 2002)

Tem havido discussões sobre se a liberalização dos preços foi ou não positiva (ver Hanlon, 2000; Banco Mundial, 2001; Wandschneider e Mirapeix, 1999; Abt, 1999; Deloitte e Touche, 1997; Mole, 2000, Cramer, 1999). Somente o Banco Mundial é que concluiu que a liberalização dos preços tinha sido positiva para os camponeses, visto que os preços reais ao produtor tinham aumentado. Todas as outras fontes acima referidas concluíram que liberalização tinha sido negativa, apresentando para tal várias razões. Por exemplo, os preços dos alimentos e bens de consumo básicos deviam ser tomados em conta e tinham também subido (Wandschneider et al, 1999); os preços subiram mas os principais beneficiados são o sector comercial (Hanlon, 2000); só os camponeses com capacidade para reter a castanha até a etapa final da campanha de comercialização beneficiaram da liberalização (Deloitte e Touche, 1997); os agricultores não plantaram novas árvores (Wandschneider et al, 1999). O estudo económico mais recente entitulado “Quando as Reformas Económicas correm mal: Castanha de caju em Moçambique” (McMillan et al, 2002) ecoa os resultados dos estudos anteriores e conclui que os ganhos dos agricultores foram muito baixos e essa situação agravou-se com o aumento do desemprego causado pelo colapso do sector de processamento.

Todas estas visões de vários estudos mostram que a liberalização do preço e da comercialização por si só não funciona. Tal como Mole (2000) defendeu, os incentivos no preço, as iniciativas tecnológicas e de comercialização devem ser combinadas e implementadas em conjunto de modo a beneficiar os agricultores. Este facto indica que a revitalização do sector da castanha de caju deve tomar em consideração vários factores, que incluem tecnologia para os agricultores poderem aumentar a sua produção, apoio para as indústrias de processamento, melhoria da gestão dos cajuais pelos camponeses e melhoria da comercialização.

Porquê toda esta atenção sobre o sector da castanha de caju em Moçambique? Por várias razões: 1) É um importante produto de exportação do país; 2) significa rendimento monetário para os camponeses produtores; 3) é uma fonte importante de proteínas para as famílias (segurança alimentar); 4) possui importantes derivados, como o falso fruto, o sumo e o álcool. Todos esses aspectos implicam um rendimento monetário ou segurança alimentar/proteínas para os camponeses produtores. O processamento do caju em Moçambique não só aumenta a sua valorização em termos do preço de exportação, mas constitui também uma oportunidade de obtenção de receitas para os moçambicanos num mercado internacional em expansão.

O INCAJU desenvolveu uma estratégia integrada e abrangente que procura estimular actividades nas tres areas interligadas (producao, processamento e comercializacao). Foram encetadas novas iniciativas para revitalizar o sector, das quais se podem salientar:

Produção: subsídio, implementação e coordenação do tratamento das árvores contra a doença *oidium anacardium* através da pulverização; viveiros com novas variedades; técnicas de cultivo e poda; formação, extensão e pesquisa (INCAJU, 1998)

Processamento: estímulo na construção de fábricas de pequena escala através de empréstimos ao sector privado. De acordo com INCAJU (2001) as fábricas de pequena escala com uma tecnologia semi-mecânica para cortar proporcionam uma melhor qualidade do produto final, acarretam poucos problemas de gestão e têm menores problemas na aquisição da matéria prima.

Comercialização: estabelecimento da taxa de exportação da castanha bruta entre 18 e 22%; categorizacao da qualidade da castanha (INCAJU, 2001)

A actual estratégia do governo requer colaboração e participação do sector privado, comunidades, ONG's e governo. Para implementar esta estratégia criaram-se varias estruturas e foros de discussao: o Comite do Caju a nivel nacional, e foros do caju a nivel nacional, regional e provincial. Actualmente o INCAJU esta a repensar/retrabalhar as estruturas organizacionais do sector (INCAJU, 2003)

As ONG's desempenham um papel fundamental na constituição de associações, formação e financiamento de intervenções no sector da castanha de caju. Porém, é preciso notar que em Moçambique as ONG's existem em número reduzido e o seu desenvolvimento é ainda incipiente. Como exemplo de uma ONG internacional que trabalha em parceria com o governo mencionaremos a TechnoServe (Estados Unidos). A sua missão é apoiar os homens e as mulheres nas zonas rurais a iniciarem negócios, de modo a criarem rendimentos, oportunidades e crescimento económico para as respectivas famílias, comunidades e país (ver Casca, 2002: 16).

A AICAJU (Associação dos Industriais de Caju) que envolve fundamentalmente os donos e/ou compradores das antigas grandes empresas estatais, agora encerradas, tem sido os maiores críticos da política de liberalização. Criticam o governo pela “política desastrosa” adoptada para este sector no passado. Também não confiam na actual política da castanha do caju, argumentando que o tratamento das árvores (pulverização) é demasiado caro para os agricultores devendo priorizar-se o plantio de novas árvores, e que o governo não está a envidar esforços suficientes nesta área. A AICAJU também atribui culpas ao Banco Mundial pelo encerramento das fábricas de processamento de castanha de caju em Moçambique e agora desafia essa instituição a apoiar a reabertura das mesmas (Patel, Outubro 2002).

Estudos anteriores do sector do caju eram basicamente económicos e não contemplavam a perspectiva de género. Contudo, Penvenne (1997) já tinha estudado a participação das mulheres nas fábricas de processamento do caju durante o tempo colonial. Hirvonen (1997, 1998, 1999) traz para discussão a questão do género no contexto da liberalização, através do seu trabalho no estudo do Banco Mundial. O Banco Mundial realizou um estudo do género no sector do caju em Moçambique entre 1996 e 1998 (ver Ministério da Agricultura/documento do BM, 1998). O estudo produziu uma riqueza de dados sobre o número de árvores, processamento local, comercialização, entre outros aspectos, mas a informação foi colhida sobretudo entre os homens. Dos 1.400 agregados familiares entrevistados, considerou-se que 77% eram chefiados por homens e 23% por mulheres. Por conseguinte, em 77% dos agregados, as mulheres (como esposas) não foram entrevistadas sobre o seu papel no sector do caju, e isto sem mencionar as filhas e/ou irmãs que também poderão ter alguns cajueiros e participam nas actividades ligadas a este sector. Assim, embora os resultados dos estudos sejam impressionantes, a perspectiva de género não foi usada e as opiniões das mulheres não estão representadas de modo adequado (ver Kanji et al, 2002 para uma crítica mais detalhada). Para equilibrar esta questão, nós focalizamos nas mulheres produtoras mas entrevistámos quer homens quer mulheres na indústria do processamento.

Por isso, a filosofia do presente estudo é compreender as diferentes posições das mulheres e dos homens no sector da castanha de caju, isto é, na produção, processamento e comercialização, para melhor entender como é que os homens e as mulheres são afectados pelas mudanças de políticas e intervenções, mas também como é que são capazes de modelar o contexto do sector do caju! A análise de género não é importante apenas na perspectiva da igualdade de direitos, mas também para melhorar a eficácia das intervenções, uma vez que a produtividade global do sector melhorará quando ambos, mulheres e homens, estiverem envolvidos. A análise de género também é importante para reduzir a pobreza de modo eficaz, uma vez que os grupos populacionais pobres tendem ser constituídos maioritariamente por mulheres, e porque as mulheres têm maiores responsabilidades domésticas que os homens e tendem a destinar os seus rendimentos para a melhoria do bem-estar da família.

3. Objectivos e Metodos

Os principais objectivos do presente estudo são os seguintes:

1. Compreender as mudanças provocadas pela liberalização e outras políticas nacionais e internacionais nas áreas de produção processamento e comercialização na perspectiva de género;
2. Informar os fazedores de políticas a nível provincial, nacional e internacional (fazendo ligações micro-meso-macro);
3. Identificar oportunidades para reforçar a contribuição do sector da castanha de cajú na redução da pobreza e na igualdade de género.

Um objectivo mais geral mas igualmente importante deste projecto é criar capacidade de investigação em Moçambique, através de equipas de trabalho conjuntas em todas as fases do processo de pesquisa.

Seleção das áreas espaciais de estudo: Duas províncias

-2002 Nampula no Norte (75-80% da produção); organização matrilinear (linha de descendência pelo lado materno)

-2003 Gaza no Sul (cerca de 10 a 20% da produção): organização patrilinear (linha de descendência pelo lado paterno)

4 lugares em Nampula

-Namige (Distrito de Mogincual): Produção e comercialização feita por camponesas, funcionamento de uma fábrica semi-mecanizada de pequena escala e dos meios de sustento dos respectivos trabalhadores;

-Itoculo (Distrito de Monapo): Intervenções do Governo e de ONGs para aumentar a produção e melhorar a comercialização e fornecer formação e extensão;

-Geba (Distrito de Memba): O funcionamento de uma fábrica de média escala e a investigação do trabalho na fábrica bem como dos meios de sustento dos trabalhadores;

-Angoche (Distrito de Angoche): Acompanhamento dos trabalhadores das fábricas encerradas.

Metodologia

A metodologia do presente estudo inclui as seguintes componentes:

- Formação de um grupo nacional de referência com representantes do governo, do sector privado, ONGs, pesquisadores e doadores;
- Entrevistas com informadores chave a nível nacional, provincial e local (diferentes grupos de intervenientes);
- Questionários aos antigos e actuais trabalhadores nas fábricas de processamento;
- Entrevistas semi-estruturadas e discussões em grupos com os líderes comunitários, associações, produtoras e trabalhadoras.

4. Produção de cajú: as mulheres produzem mas são excluídas das intervenções

Nesta secção analisamos, em primeiro lugar o envolvimento da mulher na área de produção, posteriormente apreciamos as intervenções e fazemos a ligação entre as actividades das mulheres no sector e a sua exclusão ou insuficiente inclusão nas intervenções.

4.1. Mulheres produzem: terra, árvores e produtos

Vários estudos sustentam que várias parcelas pertencem aos homens. Um estudo na área de Namige (Casca, 2002: 8), afirma que a maior parte das árvores (80 por família) pertencem aos homens (60%) e os outros 40% são repartidos entre: mulheres (10%), a família como um todo (15%) e avós (15%). O estudo do Banco Mundial (1998: 19) sobre género indica uma média de 68 árvores por família na província de Nampula sob responsabilidade do chefe da família que em princípio é um homem. As famílias encabeçadas por mulheres incluídas naquele estudo têm 10 árvores a menos em comparação com as famílias encabeçadas por homens.

É difícil desvendar a relação exacta entre a posse de terra e de árvores devido à sua complexidade e diversidade de situações. Este estudo analisou a questão da **terra** (ver Estudo de caso – Namige) e mostrou que existem vários padrões de posse de terra, e que em particular na organização matrilinear predominante, a maioria das mulheres possuem parcelas de terra. As mulheres usam e cultivam a terra. Obtêm a terra principalmente por via de herança. Os resultados indicam que as práticas de alocação existentes proporcionam às mulheres uma considerável segurança na posse da terra. Também notamos que em relação aos padrões de casamento, as mulheres têm grande mobilidade no contexto da organização matrilinear. Uma mulher pode casar-se, divorciar-se e voltar a casar de novo várias vezes. Num casamento ela pode mudar para junto da família do marido (virilocalidade) e no outro casamento o marido pode vir residir junto da família materna da esposa (uxorilocal). Entre os dois casamentos, enquanto divorciada ou viúva ela vive no seu local de nascimento, com a sua mãe, onde a sua segurança de posse de terra se mantém. Todavia, há casos em que a segurança da posse de terra das mulheres periga, nomeadamente 1) quando a residência do casal é virilocal; 2) quando a terra é subdividida e agentes mais poderosos (líderes, empresas) tomam o controlo dela. Parece verificar-se um desenvolvimento do mercado de terra, assim vários pequenos agricultores de Namige (ver abaixo) indicaram que agora compram a terra (referindo-se ao direito de uso e aproveitamento). Constatamos também a existência de uma mulher que tinha comprado uma parcela de terra (direito de uso e aproveitamento da terra) e que tinha plantado cajueiros. Por isso, os chamados padrões tradicionais são dinâmicos e estão em mudança.

A posse de árvores é tão complexa quanto a da terra. Normalmente as mulheres possuem a terra nos locais do seu nascimento e/ou de casamento (geralmente em número reduzido). Fortmann et al (1997, 1998) analisaram a ligação entre a posse da terra e a posse de árvores num contexto patrilinear e de casamentos virilocais. Naquele contexto, Fortmann evidencia que a mulher planta menos árvores na área do marido devido à insegurança. Entretanto, em Nampula, estamos perante uma

organização matrilinear, na qual a herança ocorre por via da linhagem materna e podem coexistir vários padrões de residência pós-nupcial, nomeadamente virilocalidade (nos casos em que o marido se desloca para a área da esposa) e uxorialidade (quando a esposa se desloca para a área do marido). Por isso, os aspectos relativos ao plantio de árvores também variam. Geralmente a resposta em relação à questão de quem detém a posse das árvores é remetida a quem as plantou ou semeou, que são geralmente os avós, pertencendo actualmente as árvores a quem as herdou.

Deve notar-se que a questão da **propriedade** num contexto africano é muito complexa e por conseguinte é preferível referir-se a **posse**. Lastarria-Cornhiel (1995:2) define a posse (de terra) como sendo as relações sociais estabelecidas em torno da terra que podem determinar quem pode usar que parcela de terra e de que maneira. Do mesmo modo as relações sociais influenciam quem pode usar as árvores e como. Por conseguinte, a propriedade e a posse referem-se a questões de poder, isto é, quem cuida e quem pode decidir sobre as árvores e respectivos frutos. Deste ponto de vista nós avaliamos a divisão de trabalho por género no sector do cajú.

Relativamente à **divisão de trabalho por género**, este estudo mostra que a única tarefa onde existe uma clara divisão de trabalho é a da poda, que é maioritariamente realizada por homens. No resto das actividades, sacha, limpeza, plantio, sementeira participam tanto mulheres como homens, embora em diferentes proporções. Este facto contraria a divisão de trabalho por género estereotipada de que por exemplo, as mulheres não semeiam nem plantam; ou de que os homens não sacham nem limpam. Existe mais cooperação na atribuição /divisão de tarefas no agregado familiar, do que geralmente se considera. A divisão de trabalho por género parece não ser rígida e ter uma certa flexibilidade.

Propagação. As mulheres plantam árvores e isso pode ser um indicativo importante de que as mulheres têm segurança de posse de terra. Contudo, deve mencionar-se que no presente momento, quer as mulheres quer os homens não estão muito envolvidos no plantio ou na sementeira do cajú, pelo facto de as árvores já não produzirem, os preços praticados serem baixos e o acesso aos mercados ser muito variável.

No caso da **valorização**, - como os derivados do cajú se valorizam -, parece que tanto as mulheres como os homens desempenham um papel importante na venda (veja também a secção 6 sobre comercialização). As mulheres conhecem os preços e sabem a quem vender. São as mulheres que processam o falso fruto, o sumo e o álcool. As mulheres também usam estes produtos na organização do trabalho nas suas parcelas. Elas também vendem localmente e decidem sobre a quantidade de castanha e de outros derivados do cajú, que devem ser alocados para o consumo. Contudo, os resultados do estudo revelam que o valor dos produtos do cajú reduziu drasticamente devido à baixa produção (árvores velhas, pestes e queimadas). Conversando com os agricultores sobre o valor do cajú, pareceu-nos que este era mais elevado no passado. Eles conseguiam fazer face a despesas com a escola, hospital, roupa e insumos agrícolas através da venda da castanha e da produção do álcool. O nosso estudo mostra que as mulheres e as crianças tem um papel central no processo de valorização. Actualmente, são sobretudo as mulheres e as crianças que fazem a apanha do cajú (falso fruto e 'castanha') e o comercializam ou preparam para consumo.

Embora os resultados do nosso estudo evidenciem o papel central desempenhado pelas mulheres neste sector (veja igualmente a secção 6 sobre comercialização) as intervenções marginalizam-nas sistematicamente. Passemos a analisar essa questão.

4.2. As intervenções

O INCAJU, como entidade governamental, juntamente com as ONG's tenta estimular a produção da castanha através de várias **intervenções**. Isto inclui a introdução de novas variedades, a pulverização das árvores para combater o *oidium anacardium*, pesquisa, formação e extensão. Moçambique produz cerca de 50.000 toneladas de castanha bruta (CASCA, 2002) e através das intervenções acima referidas o governo pretende atingir 100.000 toneladas em 2004/2005.

As 'mudas melhoradas' são produto da enxertia de 'estirpes'/variedades locais assim como da enxertia destas com variedades importadas do Brasil, com o objectivo de obter árvores que sejam mais produtivas e mais resistentes às doenças.

Ao longo deste estudo vimos **viveiros** repletos de 'mudas melhoradas' que não foram recolhidas ou distribuídas e começaram a enraizar-se nos viveiros. O custo era de 12.000 Mts e os camponeses podiam adquiri-las por 2.000 Mts. Todavia, apesar de serem bastante subsidiadas, os agricultores não as compram nem plantam. Há que ter em conta que mesmo a importância de 2.000 Mts é muito alta para os pequenos agricultores com pouco rendimento monetário. Porém, existem outras razões para a não adopção das novas mudas que estariam relacionadas com a desvalorização da castanha de caju na vida das mulheres e dos homens como se mencionou acima. Se a castanha tem pouco valor e o seu preço é baixo, porquê percorrer longas distâncias em busca de mudas e plantá-las? Para além dessas razões, os pequenos agricultores geralmente não estão informados de que essas mudas produzem castanha em três anos e não em cinco, e também não conhecem a planta, razão pela qual preferem 'esperar e ver', o que parece plausível uma vez que algumas plantas importadas apresentam problemas. O estudo de Topper e Caligari (1999) indica que apesar das variedades brasileiras terem algumas vantagens (baixos níveis de *oidium anacardium* por causa do tamanho reduzido e estrutura da copa), elas são mais susceptíveis à Anthracnose e pestes de insecto. De facto, o proprietário de um grande cajal em Nampula queixou-se que as mudas melhoradas que tinha comprado no INCAJU tinham sido atacadas por Anthracnose, com efeitos devastadores na sua colheita. O estudo supra citado sugere que há riscos significativos no uso de produtos "não testados" em Moçambique, que carece de capacidade para controlar a fitossanidade das mudas importadas.

Uma outra intervenção é o tratamento do Oídio pela pulverização das árvores com fungicidas (**pulverização**; ver Estudo de Caso - Itoculo). O governo implementou esta intervenção através de associações produtoras e alguns grandes produtores que mostraram interesse para o efeito como a ADPP e a Gani Comercial. Não foram cobertas todas as áreas. Por exemplo, em Namige, os programas de pulverização foram escassamente implementados (ver CASCA, 2002). No nosso estudo constatou-se que somente poucas produtoras tinham tido acesso à pulverização (ver Estudo de

Caso - Namige). O tratamento eficaz dos cajueiros requer técnicas, habilidades e conhecimentos específicos. Os factores técnicos que determinam a eficácia do tratamento incluem: necessidade de poda; certas partes da árvore tem de ser pulverizadas e em diferentes fases do ciclo produtivo (i.e. antes e depois da floração); a pulverização deve ser feita com frequência e periodicidade específica (3 ou 4 vezes com 21 de intervalo); deve tomar-se em conta a ocorrência e direcção do vento.

Dada a complexidade desta intervenção, os meios existentes para sua implementação tem sido inadequados. Por exemplo, o nosso estudo em Namige evidencia que somente poucas mulheres tinham conhecimento da existência do programa de pulverização. Um outro factor é que os produtos químicos que tem sido usados na pulverização tem custos elevados. Embora esta intervenção esteja a ser fortemente subsidiada pelo governo, os pequenos agricultores tem ainda que pagar pela pulverização.

Neste estudo analisamos a intervenção do INCAJU em Itoculo no distrito de Monapo (ver Estudo de Caso de Itoculo). Esta intervenção começou por trabalhar através de associações e da ADPP. A ideia era que as associações iriam comprar ao INCAJU o atomizador e os produtos químicos a crédito. As associações iriam indicar um operador para cuidar das árvores dos agricultores e estes pagariam pelo trabalho. Os operadores em Itoculo foram formados pela ADPP. A ADPP também formou os graduados e parte do pessoal das associações com vista à implementação do programa de pulverização em Itoculo e nas áreas de origem dos graduados. A ADPP fez a supervisão e apoiou os agricultores abrangidos, com a comercialização da castanha de caju. A ADPP fez a monitoria da intervenção, que mostrou que em 2001, 13% dos pequenos agricultores abrangidos pelo programa eram mulheres. De todas as árvores pulverizadas, somente 6% pertenciam a mulheres. Em 2002 a percentagem das mulheres reduziu ligeiramente (de 13 para 11,3%) embora a pulverização das suas árvores tenha aumentado ligeiramente (8,9%). A implementação do programa em Itoculo conheceu sérios problemas uma vez que os preços eram baixos e não havia compradores. Consequentemente os agricultores não puderam pagar a pulverização e os operadores não amortizaram as suas dívidas. Entretanto, permitiu-se que os agricultores pagassem em castanha, o que também fracassou já que eles tendiam a aumentar o consumo da castanha quando fracassava a colheita das outras culturas. Os grandes produtores que possuem plantações tiveram mais sucesso com a pulverização.

Em 2002, o número de agricultores e árvores contemplados no programa em Itoculo reduziu drasticamente, porque a pulverização massiva não foi bem sucedida. **A abordagem da ADPP mudou**, deixou de incluir o maior número possível de agricultores para abarcar pequenos grupos de agricultores com o seu próprio operador.

A "abordagem associativa" fracassou uma vez que não houve assistência posterior do INCAJU, da CLUSA ou da ADPP, verificaram-se problemas de comercialização (baixos preços, falta de compradores) e os pequenos agricultores não puderam pagar. Por isso ajustou-se o enfoque e passou a priorizar os operadores privados com os seus grupos de agricultores com capacidade para pagar as suas dívidas.

Pesquisa. Em Moçambique, a pesquisa técnica sobre a castanha de caju realiza-se desde o tempo colonial. O Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) e

algumas ONGs (como a Visão Mundial) têm um papel activo neste campo. A tecnologia de pulverização foi testada e desenvolvida sobretudo nas estações de pesquisa do INIA. Entretanto, é sabido que resultados provenientes de ensaios em estações de pesquisa diferem dos resultados obtidos nas parcelas dos pequenos agricultores. Relativamente à pulverização as pesquisas continuam em curso.

Formação. O centro da ADPP em Itoculo dá um ano de formação na área do caju. Os estudantes estão satisfeitos com o conteúdo e os métodos de formação. Todavia, estão descontentes com o facto de não receberem um diploma e esperar-se que eles regressem às suas zonas de origem depois da formação para servirem de exemplo para os agricultores (ver Estudo de Caso – Itoculo) A ADPP possui a sua própria plantação onde os estudantes também aprendem a implementar as várias práticas de produção e comercialização da castanha. Somente 10% dos estudantes são mulheres. Entretanto, o centro lançou uma estratégia de género mais dinâmica para encorajar mais mulheres a participarem no curso, através da redução dos valores das propinas para as mulheres e a alteração de habilitações mínimas de ingresso para 5ª classe.

Extensão. As ONG's, o governo e mais recentemente empresas privadas estão envolvidos na extensão. Porém, a rede de extensão é inadequada e fragmentada. Tal como constatamos em Itoculo e noutros locais de pesquisa, a extensão continua a ser um elo fraco na comunicação entre pesquisadores e agricultores.

Esta secção é baseada sobretudo da pesquisa feita em Itoculo e Namige. Porém, dados do INCAJU mostram que a produção global aumentou com o programa de pulverização. Como indicamos acima, e como foi evidenciado nos relatórios de Itoculo e Namige, os grandes produtores tiveram mais sucesso com o programa. Contudo, os pequenos produtores em Itoculo não conseguiram pagar pela pulverização porque os preços da castanha eram baixos e havia falta de compradores. Estes resultados apontam para o facto de que o contexto de mercado, preços e compradores é tão importante como a própria tecnologia. Por conseguinte, argumenta-se no relatório de Itoculo que deveriam distinguir-se diferentes categorias de produtores para diferentes abordagens de intervenção. Se não se proceder assim, uma nova abordagem emergirá da prática, como ocorreu em Itoculo, particularmente, a abordagem de operador privado com o seu próprio grupo de camponeses/produtores. Porém, as novas abordagens precisam de ser monitoradas para se poder avaliar o seu sucesso.

4.3. A mulher a castanha de caju e as intervenções

As mulheres são agentes sociais importantes nas três áreas (produção, processamento, e comercialização) do sector do caju, relativamente à posse de árvores, ao trabalho e ao processo de valorização. No entanto, as intervenções que tentam valorizar a castanha de caju dificilmente incluem mulheres. Se as instituições tentam aumentar o valor do caju nos meios de sustento dos pequenos produtores, as mulheres deviam ser incluídas. Contudo, o não envolvimento imediato das mulheres nos programas acima mencionados, pode constituir, em parte, uma estratégia das próprias mulheres de “aguardar e ver os resultados”. Todavia, esta estratégia existe porque as mulheres não são devidamente informadas. Por exemplo, os contratos de pulverização através das associações foram assinados pelos maridos ou filhos e não com as próprias mulheres.

Os membros das associações são maioritariamente homens. Os operadores das máquinas de pulverização são homens, e tal como se sabe os homens tendem a contactar outros homens como o fazem os agentes de extensão (ver FAO, 1993). O estudo da FAO também revela que a abordagem da família como um todo indiferenciado não funciona, isto é, a presunção de que os homens (sejam irmãos, maridos, ou filhos) informarão as mulheres não ocorre na prática. Por conseguinte, a extensão e as novas intervenções devem considerar as mulheres e os homens como seres humanos de pleno direito e como actores importantes no sector da castanha de cajú. A organização matrilinear facilita esta abordagem.

5. O processamento da castanha de caju: género e meios de sustento

Em primeiro lugar vamos analisar o encerramento das fábricas em Moçambique, na perspectiva de género. Em seguida apreciaremos o encerramento de duas das três fábricas de processamento de cajú encerradas em Angoche, assim como o seu significado nos meios de sustento dos antigos trabalhadores. Posteriormente vamos analisar a fábrica de Geba, actualmente em funcionamento, seguindo-se a análise de uma outra fábrica de pequena escala recentemente instalada em Namige. As fábricas de Geba e Namige são as únicas em funcionamento em Nampula em 2002.

5.1. O encerramento das fábricas em Moçambique

O encerramento das antigas fábricas de grande escala deveu-se a vários factores incluindo baixos níveis de produção; necessidade das fábricas adquirirem grandes quantidades de castanha bruta (com implicações de crédito e de armazenamento); a diminuição das taxas proteccionistas sobre a castanha bruta quando os proprietários privados tinham acabado de adquirir as referidas fábricas que necessitavam de urgente reabilitação. Muitas destas fábricas estavam em processo de mudança de tecnologia, para passar do descasque por impacto (equipamentos mais caros e índice elevado de quebras) para a tecnologia de corte semi-mecanizado. Em 1995, eliminou-se a directiva que estabelecia a obrigatoriedade de satisfazer as necessidades das fábricas nacionais antes de se exportar a castanha em bruto e a taxa de exportação de castanha bruta foi reduzida de 30 para 20% em 1995/96. Por conseguinte, a redução das taxas proteccionistas constituiu uma mudança de política inoportuna, que não tomou em consideração os problemas principais do sector da castanha de caju; o que significou que as fábricas que poderiam ter-se ajustado ao longo do tempo, não tiveram oportunidade de o fazer.

O número total das mulheres e homens que perderam os seus empregos foi fornecido pelo sindicato e é de: 5.456 homens (53%) e 4.840 mulheres (47%) (dados de 2000). A importância do processamento da castanha de caju como fonte de emprego para as mulheres em Moçambique foi bem documentada (Penvenne, 1997). Tal como vimos, o governo está a reactivar o sector do processamento. Presentemente (2002), existem 1100 homens (54%) e 940 mulheres (46%) a trabalhar nas fábricas de processamento de média escala, duas das quais estão no Norte (Geba e Namige) e algumas no Sul, nomeadamente em Maputo (Madecaju), Invape (Gaza); Maciacaju (Gaza) e duas em Inhambane.

Ao todo, as fábricas de pequena escala mantêm um certo equilíbrio entre o número das mulheres e o dos homens trabalhadores. Entretanto, as duas fábricas que estudamos em Nampula possuem maioritariamente homens! Na Cageba 84% dos trabalhadores são homens e em Namige 61%. Isso significa que o sul apresenta proporções mais elevadas de mulheres trabalhando nas fábricas, mas o estudo no sul realizar-se-á em 2003. Analisemos, então as fábricas em Nampula, começando com as fábricas encerradas em Angoche.

5.2. Angoche: encerramento das fábricas Angocaju e CCN

Angoche tinha três fábricas de processamento de castanha que se encontram todas encerradas. Este estudo inclui os antigos trabalhadores de duas fábricas, nomeadamente a Angocajú e a Companhia de Cajú de Nacala (CCN), divisão de Angoche, com uma amostragem de 25 homens e 25 mulheres por cada fábrica. Constatamos que o encerramento das indústrias acarretou consequências severas na vida dos trabalhadores e na economia do distrito. Em Angoche, o processamento da castanha era a principal fonte de emprego e constituía o motor da economia local. Ainda não foram instaladas novas fábricas.

A Angocajú em Angoche usava uma tecnologia de descasque por impacto e foi instalada em 1974, nacionalizada em 1979 e privatizada em 1995. No momento da privatização tinha 805 trabalhadores (548 homens e 257 mulheres; **68%-32%**) e quando fechou tinha 769 (600 homens e 169 mulheres; **78%-22%**). Possui agora 20 homens que fazem a guarnição e limpeza.

A CCN foi instalada em princípios dos anos 70, e usava a tecnologia de descasque por corte automatizado. Após a Independência passou a ser gerida pelo estado através da Cajú de Moçambique e foi privatizada em 1992. Deixou de funcionar em Maio de 1999 com um total de 1121 trabalhadores (699 homens-**62%** e 422 mulheres-**38%**).

As mulheres e os homens usaram estratégias diferentes na procura de empregos nestas fábricas. Os homens usavam especialmente as vias formais, enquanto as mulheres usavam as informais; as estratégias dos homens parecem mais abrangentes e flexíveis. As mulheres perdiam claramente a concorrência, no que concerne ao trabalho assalariado, embora se saiba que este é extremamente importante para elas. Das 50 mulheres da amostragem, 38% eram **divorciadas e viúvas com grandes famílias** (acima da média de 5 membros). As mulheres nas fábricas eram **mais jovens** que os homens e tinham trabalhado menos tempo nas mesmas. Estes factos poderão estar relacionados com as tarefas reprodutivas das mulheres, a preferência por mulheres mais novas (ver abaixo) e o impacto da privatização.

A privatização das fábricas provocou mudanças em diferentes áreas. Os trabalhadores sentiram que os **serviços sociais**, por exemplo a saúde e o cuidado das crianças perderam-se ou ficaram deteriorados. Os sindicatos tornaram-se menos defensores dos direitos dos trabalhadores. Ademais, a mudança para a tecnologia semi-mecanizada implicou uma maior exposição ao CNSL. A mudança de tecnologia provocou a greve dos trabalhadores que resultou no despedimento de 314 trabalhadores. Houve por isso uma resistência considerável às mudanças nas condições dos trabalhadores, mas com a falta de emprego, não foi difícil substituir os trabalhadores despedidos.

Apesar da mudança na tecnologia, implicando uma questão de saúde (piores condições para as mãos, não para a castanha que apresenta menos quebras) a percentagem dos homens aumentou na **Angocaju** e as mulheres eram somente 22%. **Nas duas fábricas**, os homens sabiam assegurar os seus empregos melhor que as mulheres, não só fazendo o descasque (100%) dos homens, mas também entrando em todas as outras áreas de actividades na fábrica. Embora as mulheres continuassem a dominar as secções de despilicagem e selecção, 14% dos trabalhadores nestas secções eram homens fazendo o chamado trabalho de mulheres. Também notamos que as mulheres são **mais jovens** o que pode estar relacionado com o processo de despilicagem em que se prefere mulheres mais jovens por causa da rapidez das suas mãos. As mulheres por vezes tinham tarefas diferentes dos homens, trabalhavam **mais horas** do que estes, mas a remuneração era mesma (veja relatório do estudo de caso de Angoche, pg. 7).

A forma como as mulheres e os homens usavam o **salário** é também diferente. As mulheres eram capazes de poupar e enviar mais dinheiro para as suas famílias. Observamos diferentes padrões de despesas relativas ao dinheiro proveniente das **indenizações**. No geral, o dinheiro da indemnização foi usado em despesas de alimentação, saúde e educação. Entretanto, as mulheres investiam mais nas suas casas do que os homens, e os homens investiam mais em meios de produção. Os montantes resultante das indenizações foi insuficiente para atenuar a pobreza, uma vez que grande parte dele foi gasto com as despesas de subsistência.

Contrariamente às noções estereotipadas da posição das mulheres nas sociedades islâmicas, aqui, as mulheres que auferiam salário **podiam controlar** os seus próprios rendimentos. Para além disso, em 38% dos casos, os homens disseram que entregavam o seu rendimento às esposas e isto revela um controle sobre a tomada de decisões relativamente ao gasto do dinheiro pela mulher.

As mulheres ficaram particularmente afectadas pela perda de emprego uma vez que possuem poucas fontes de rendimento e movimentam-se pouco. Tanto os homens como as mulheres diziam ter **perdido a auto-estima** em consequência da perda do emprego. Algumas mulheres indicaram que o rendimento da fábrica era uma fonte valiosa de independência em relação aos maridos.

Relativamente **às mudanças nos meios de sustento**, antes do emprego nas fábricas, quer os homens quer as mulheres dependiam principalmente da agricultura, e quando trabalhavam nas fábricas o papel da agricultura reduzia-se e o salário tornava-se a fonte mais importante para o sustento. Depois do encerramento das fábricas, as condições de vida pioraram, as mulheres voltaram à agricultura (76%) e a percentagem dos homens nela envolvidos aumentou (36-54%). Entretanto, torna-se cada vez mais difícil viver somente desta fonte e são escassas as fontes alternativas de emprego. Depois do encerramento os homens e as mulheres envolveram-se em **pequenos negócios**, o que evidencia quão difícil é viver somente da agricultura. Por outro lado, a economia local depreciou-se provocando pouca procura de bens, o que faz com que viver de pequenos negócios seja difícil. Conforme alguns antigos trabalhadores afirmaram “Angoche está parado”.

O estudo dos antigos trabalhadores em Angoche ilustra o seu empobrecimento depois do encerramento das fábricas. As mulheres já tinham perdido empregos antes dos

homens, aquando da privatização das fábricas, o que faz com que o encerramento tenha aumentado ainda mais as suas dificuldades para conseguir fontes alternativas de cash. Conforme uma mulher explicou, “quando tinha emprego, andava limpa, competia com o meu marido porque cada um tinha salário. Agora, ando suja e debilitada por causa de machamba que faço”.

5.3. Cageba: Uma fábrica de média escala

A **fábrica** em Geba foi instalada em 1995, e é semi-mecanizada funcionando a vapor e tecnologia manual de corte. Em 2002 a fábrica tinha um total de 642 trabalhadores (538 homens e 104 mulheres; 84%-16%) e uma capacidade de 3.500 toneladas por ano (Abt,1999).

Não há uma diferença clara na estratégia, entre homens e mulheres no acesso ao emprego. Parecem recorrer ao mesmo tipo de redes. Das 30 mulheres seleccionadas para este estudo (23-77%) eram casadas; e (7-23%) eram solteiras, divorciadas ou viúvas, enquanto que 87% dos homens eram casados. Mais mulheres (53%) tomam conta de grandes famílias (>5) do que os homens (33%).

Em relação aos **serviços e ambiente de trabalho**: Existe um bom relacionamento entre os trabalhadores, mas muitos deles exprimiram medo para com os chefes. Este facto pode estar relacionado com a falta de informação sobre os direitos e as obrigações pelos dois lados, o que gera insegurança por parte dos trabalhadores e arbitrariedades por parte da chefia. O acesso aos cuidados de saúde são arbitrários, depende do relacionamento do trabalhador com os superiores hierárquicos. Do ponto de vista dos trabalhadores, o sindicato tornou-se num instrumento dos empregadores para controlar os trabalhadores, e dificilmente trabalha para proteger os interesses dos trabalhadores. Referir também que não há creche.

No que concerne à **divisão do trabalho por género** continua a notar-se que os homens trabalham em todas as secções, descasque (100%), despilicagem (mais homens do que mulheres- ver lista do pessoal, estudo de caso de Geba) além de estarem também envolvidos na selecção. As mulheres não trabalham no descasque. Daí que nesta fábrica de Geba, a actividade de despilicagem que geralmente se considera “**trabalho de mulheres**” é **desempenhada também por homens (23%)**. Isto ilustra que quando há escassez de emprego remunerado, e concorrência por empregos, os homens deslocam-se para as áreas que em que as mulheres eram preponderantes, e os donos da fábrica não mostram qualquer resistência a isso, embora o inverso não se verifique, pois as mulheres não são encorajadas a aprender a usar as máquinas de corte. Verificamos que na despilicagem estão representados tanto homens (140; 59%) como mulheres (98; 41%) e tanto homens como mulheres (2/3 dos trabalhadores) são **jovens**. Ou seja, quer os homens quer as mulheres têm “dedos ágeis”, algo geralmente atribuído somente às mulheres, não só no processamento da castanha de caju mas também em várias outras actividades manuais nas zonas de processamento para exportação que requerem destreza, como na produção de componentes electrónicas. Entretanto, os homens nas secções de descasque estão expostos ao CNSL e sofrem queimaduras nas suas mãos, tendo expressado a necessidade de protecção para as suas mãos e roupas. O factor CNSL é algumas vezes usado para explicar porque é que as mulheres não devem ou não

querem trabalhar com as máquinas de corte, conforme discutimos no estudo do caso da fábrica de Namige.

Também não se nota uma diferença clara nas **horas de trabalho** entre homens e mulheres. Ambos trabalham mais de 8 horas por dia, o que deve estar relacionado com a forte representação dos homens na secção de despeliculagem. Não há uma imagem clara sobre as diferenças de **salários** entre os sexos (veja relatório do estudo de caso de Geba, pg.13). Os salários parecem resultar duma combinação/mistura de pagamentos por actividade e número de dias de trabalho. Quer os homens quer as mulheres controlam os seus salários e as mulheres revelam uma melhor capacidade de poupança e gastam-no de maneiras diferentes. As mulheres alocam-no mais para os seus familiares e os homens mais nos insumos agrícolas.

Em relação às **mudanças nos meios de sustento**: quando os homens e as mulheres estão empregados na fábrica, as suas actividades agrícolas reduzem-se em termos de importância, no caso das mulheres (77% para 10%), mas mais homens continuam activos na agricultura (diminuem de 47%-27%). Os pequenos negócios cessam por completo. Para as trabalhadoras (90%), o emprego na fábrica torna-se a fonte mais importante de sustento, enquanto que 30% dos homens continuam a combinar a agricultura e a pesca. Os homens têm mais tempo para praticarem diferentes formas de sustento uma vez que as mulheres devem dedicar parte do seu tempo às questões de reprodução. O facto de as mulheres acharem o emprego mais importante, pode dever-se a que anteriormente tinham menos alternativas de obtenção de rendimentos e praticavam sobretudo a agricultura; o acesso sistemático a cash pode levá-las a considerar o emprego como a actividade mais importante.

5.4. Namige: ‘Os homens aprende a usar as máquinas, as mulheres aprendem a dançar’¹

Passamos a analisar o funcionamento de uma nova fábrica de pequena escala em Namige e depois estudaremos uma nova intervenção que está para ser implementada ainda em 2002.

5.4.1. A fábrica

A **fábrica** em Namige foi concebida pela Tecnoserve e reconstruída por um empresário (ver Estudo de Caso de Namige). Começou a funcionar no dia 1 de Abril de 2002, portanto, muito recentemente. Possui 92 trabalhadores (56 homens e 36 mulheres; 61%-39%). É uma fábrica de pequena escala e semi-mecanizada que utiliza máquinas de corte semi-manuais com alavancas accionadas pelas mãos e pelos pés para descascar a castanha bruta. Todo o equipamento é produzido localmente à excepção da empacotadora. O empacotamento dos diferentes tipos de amendoa inteira e partida é a vacuum e destina-se a exportação.

A capacidade máxima é de 600 toneladas de castanha bruta por ano, mas espera-se o processamento de 120 toneladas em 2002. O dono da fábrica possui várias plantações de castanha de cajú na área com uma produção total aproximadamente de 50

¹ As trabalhadoras entrevistadas usaram esta frase “aprendemos a dançar” em relação aos movimentos e à destreza necessária na despeliculagem e selecção da castanha de cajú.

toneladas por ano (Casca, 2002:16). Ele instalou a fábrica mediante um empréstimo bonificado por 5 anos à banca com garantia do INCAJU.

Quando a fábrica abriu, uma média de 1000 pessoas apareceu a solicitar emprego, ilustrando desta forma a grande necessidade de rendimento monetário nesta região. Houve uma diferença na forma como os homens e as mulheres tiveram acesso ao emprego. Foram sobretudo amigos e familiares as principais fontes de informação. Porém, mais homens que mulheres (12%-3%) contactaram amigos que já trabalhavam na fábrica. Os homens que trabalham na fábrica são maioritariamente casados, enquanto que quase metade das trabalhadoras (47%) são **mulheres divorciadas e viúvas**. A percentagem é elevada, porque constituiu um critério de selecção. A visão da direcção é de que as mulheres chefes de família são as que mais precisam de dinheiro e por conseguinte são mais cometidas ao trabalho. Mais uma vez, as mulheres que trabalham na fábrica são responsáveis por **agregados familiares** maiores do que os dos homens.

Serviços e ambiente de trabalho. Existe um bom relacionamento entre os trabalhadores. Há uma concentração de homens nos cargos de chefia. Para além disso, enquanto todos os homens afirmaram ter boas relações com os chefes, 24% das mulheres manifestaram que sofriam diferentes tipos de pressões. Os trabalhadores recebem uma refeição gratuita e de acordo com os seus contratos, têm acesso à assistência médica, férias anuais pagas, e uma indemnização em caso de doença ou acidente de trabalho, nos termos do artigo 15º da Lei de Trabalho. Existem planos de introdução de um sindicato e está em construção uma creche. Porém, esta será apenas uma área limpa e coberta onde as mulheres poderão deixar alguém para tomar conta das crianças, sem comida e actividades específicas para crianças tal como acontecia nas antigas fábricas estatais.

A divisão do trabalho por género. Só os homens (43) trabalham no descasque. A despeliculagem e a selecção são feitas principalmente por mulheres (despeliculagem 32, selecção 4), mas os homens também conseguiram intervir nestes domínios tipicamente de mulheres, nomeadamente 6 homens na despeliculagem e 1 na selecção. Por conseguinte, a despeliculagem é uma secção em que predominam as mulheres, o que pode, mais uma vez, explicar a presença de muito mais mulheres jovens do que homens na fábrica (dedos ágeis). As mulheres não conseguiram intervir na área de descasque dominada por homens. O dono da fábrica afirma que a porta desta secção está aberta para as mulheres, mas elas preferem trabalhar separadamente! O certo é que os homens começaram a trabalhar alguns dias antes das mulheres e foram treinados a usar as máquinas. Segundo um gestor, antes da abertura da fábrica ele teria chamado algumas mulheres para experimentarem e usarem as máquinas e estas teriam dito que não conseguiam realizar esta actividade. Todavia, quando nós tentamos usar as referidas máquinas, tornou-se evidente que se trata de uma habilidade que leva certo tempo a adquirir mas não implica força. Qual foi a reacção das mulheres em face da sua exclusão do descasque? Algumas explicaram que não queriam queimar as suas mãos pois este facto iria afectar as suas actividades agrícolas; mas outras disseram que queriam trabalhar na secção de descasque porque “é também emprego com o qual se pode ganhar dinheiro”.

Tanto os homens como as mulheres trabalham longas **horas**, mas as mulheres trabalham ainda mais horas se consideramos a categoria de mais de dez horas de

trabalho, em que o número de mulheres (10) é o dobro do dos homens (5) (veja relatório de estudo de caso de Namige). As mulheres ganham menos que os homens e estão representadas nos **escalões salariais** mais baixos.

Os salários não são fixos e os trabalhadores recebem por tarefa. Pode ser que o facto de os salários das mulheres serem tão baixos, leve a que mais homens (15) que mulheres (9) consideram o salário como sendo a principal fonte de sustento; e que mais mulheres (11) do que homens (6) continuem a trabalhar na agricultura.

Porém, apesar dos baixos salários, mais mulheres (24%) do que homens (6%) **poupam** e mais mulheres (29%) que homens (24%) enviam dinheiro para apoiar os seus familiares. Quer os homens quer as mulheres controlam o dinheiro que auferem, o que significa que o guardam e utilizam onde, como e quando querem. 12% dos homens disseram que entregavam o seu salário às esposas para os gerir, o que implica também envolvimento das esposas na tomada de decisões sobre como utilizá-lo.

Que diferença faz o emprego? 13 homens (76%) e 14 mulheres (82%) dizem que adquirem bens, principalmente roupas e insumos agrícolas. Dois homens (12%) e 4 mulheres (24%) consideraram o emprego em segundo lugar na escala de importância. Por conseguinte, o dobro das mulheres têm outras actividades, que resultam mais importantes que o emprego, embora as cifras comparadas sejam pequenas. Há que salientar dois aspectos em relação a este resultado: 1) o salário subiu na secção de despeliculagem depois da realização das entrevistas (de 2.500Mts para 3000Mts por kg); mas 2) os salários continuam aquém das necessidades dos trabalhadores. Contudo, além da pesca, não há outras actividades para obtenção de cash na área de Namige.

A Lei de Trabalho de 8/98 refere-se aos “trabalhadores assalariados” (Artigo 2. “Âmbito de aplicação” Para. 1) e estabelece os direitos e obrigações nos artigos 15 e 16, mas sem uma definição clara dos termos utilizados, o que implica ambiguidade e falta de clareza. A Lei menciona também no seu artigo 51 a possibilidade de pagamento por tarefa, o que se aplica à maior parte dos trabalhadores das fábricas estudadas. Uma das conclusões da reunião do sector do caju em Nampula em Julho de 2001 foi de que esta lei não é suficientemente flexível para contratar trabalhadores da indústria de caju, tomando em conta a sua sazonalidade. Outra questão é o estabelecimento de salários mínimos, que não toma em conta o caso dos trabalhadores industriais que trabalham nas áreas rurais.

5.4.2. Uma nova intervenção: os satélites

No âmbito do plano Director desenhado pelo INCAJU para promover o sector, a ONG Holandesa SNV, a AMODER e ADPP introduziram o programa CASCA (Componente de Apoio ao Sector de Cajú). Este programa visa fornecer apoios à produção do cajú e ao processamento de pequena escala da castanha. Possui uma componente de formação para a produção e o processamento que será implementada pela ADPP- Moçambique. A componente de micro-finanças para o processamento será implementada pela ONG nacional AMODER. A SNV irá fornecer serviços de aconselhamento e facilitação. Escolheram Namige como a zona de intervenção devido

à nova fábrica de pequena escala: o programa CASCA pretende desenvolver unidades de processamento ainda de menor escala (os chamados satélites) próximo da fábrica. O proprietário da fábrica tenciona comprar o produto das pequenas unidades.

No primeiro ano do programa, 2002, serão instaladas 3 unidades tendo cada uma a capacidade de processar 10 toneladas de castanha por ano. Um perito brasileiro (ver Medeiros, 2002) desenvolveu diferentes modelos de unidades de processamento. As unidades farão a compra, cozimento, descasque, despeliculagem e empacotamento da castanha para ser transportada para a fábrica. Uma vez na fábrica a castanha é classificada e empacotada para exportação. O dono da fábrica é o responsável pela procura de compradores.

Para minimizar os riscos de gestão e testar a viabilidade técnico-económica, as primeiras três unidades serão operadas por indivíduos com experiência empresarial e de comercialização da castanha de caju. Se estas unidades demonstrarem viabilidade, no futuro poderão alocar-se este tipo de unidades a indivíduos menos experientes, grupos de interesse, associações ou ainda famílias. Está previsto um total de 21 unidades para os primeiros 3 anos do programa, cada uma empregando 7 pessoas, (CASCA, 2002: 18-19). Durante a nossa segunda ronda de entrevistas em Setembro de 2002, soubemos que três pessoas foram escolhidas para as primeiras três unidades piloto, sendo uma delas uma mulher. Do grupo dos agricultores a serem treinados nas actividades de produção e de processamento, a estimativa é que 50% sejam mulheres.

Esta nova intervenção proporciona um exemplo interessante de "parceria" entre o governo, comunidades e o sector privado, com o potencial de aumentar tanto a quantidade de castanha processada como gerar mais emprego para a população local. A abordagem de "satélite" emerge da política nacional do caju, como foi inicialmente elaborado no Plano Director (Incaju, 1998; 2001).

6. Comercialização

Com a liberalização, o governo já não é comprador nem fixa os preços da castanha de caju. Os preços baseiam-se no nível da oferta e da procura nos mercados internacionais na Europa e nos Estados Unidos. Alguns grandes exportadores (8-10) controlam o comércio em Moçambique e tendem a fixar o preço da compra no início do ano (McMillan et al, 2002:15). De facto, uma vez que a Índia é o principal comprador da castanha bruta moçambicana, o índice do preço é estabelecido pela oferta e a procura (dos processadores indianos), o que também está em sintonia com o índice internacional (Matule, 2002, comunicação pessoal). Estes preços internacionais são também afectados pela entrada de países como o Vietname no mercado da castanha de caju. De modo a possuir indicações sobre preços estabeleceu-se em Moçambique o Comité do Caju, em que membros de diferentes instituições como as alfândegas, o INCAJU, sector privado e associações de camponeses estão representados.

Os preços da castanha bruta em Moçambique atingiram o seu ponto mais alto, na campanha de 1999 (até US\$ 0,50 o quilo), e daí em diante tenderam a cair. Esse declínio pode em parte ser atribuído à queda dos preços no mercado internacional,

mas também pode ser devido ao facto de que depois do encerramento das principais fábricas de processamento, os poucos grandes exportadores têm, de facto, um monopólio do mercado (CASCA, 2002: 5). As pequenas unidades de processamento têm de competir com os comerciantes, que trabalham para os grandes exportadores da castanha bruta.

Curiosamente, os preços da castanha bruta no Norte são normalmente mais elevados que no Sul, porque a comercialização no Norte ocorre de Outubro a Janeiro, antes da comercialização na Índia, razão pela qual há maior procura. No Sul, a comercialização ocorre de Dezembro a Março, simultaneamente com a Índia, o que leva a que a procura seja menor. Ademais no Norte a castanha é de melhor qualidade que no Sul (Matule, 2002, comunicação pessoal).

De acordo com Matule (citado in McMillan et al, 2002: 16), existem 80-100 grandes comerciantes e a maioria deles está ligada aos principais exportadores. Os comerciantes têm uma rede extensa e eficiente de pequenos intermediários que compram a castanha bruta directamente dos agricultores nas zonas rurais, incluindo proprietários de lojas, geralmente baseados em pequenos centros urbanos. O número de comerciantes ambulantes não licenciados aumentou com a liberalização, possuem os seus próprios veículos e têm capacidade de deslocação até aos locais próximos das áreas de produção. Contudo, a situação é variável dependendo de vários factores incluindo as vias de acesso. Segundo alguns informadores chave, o aumento do número de comerciantes ocorreu na área de Namige mas não em Itoculo.

A nível local há flexibilidade e os preços são também configurados pela oferta e pela procura. Se os agricultores forem capazes de guardar a castanha bruta, os preços são mais altos no fim da campanha do que no princípio, e podem até atingir o dobro do preço inicial, por exemplo 7.000 Mts (0,35 USD/Kg) contra 3500 Mts (0,17 USD/Kg) conforme foi salientado durante o estudo. A ADPP em Itoculo aconselha os agricultores a guardar a sua castanha de modo a conseguirem um melhor preço. Entretanto, quando há necessidade séria de dinheiro e/ou a colheita das outras culturas é baixa, os camponeses produtores vendem mais cedo ou então consomem-na. Os preços também são influenciados pela rapidez com que um navio deve estar cheio no porto de Nacala, fomos informados sobre preços tão altos como 10.000Mts/Kg, quando os exportadores instruem os seus intermediários que necessitam de encher rapidamente o navio. Os produtores que conseguem comercializar a sua castanha nesse momento obtêm maiores rendimentos que os outros! Neste caso os compradores para as fábricas de processamento de pequena escala têm que parar de adquirir a castanha até que o navio esteja cheio e os preços voltem a baixar.

O governo (INCAJU) está agora a promover activamente o sector de processamento e a taxa de exportação está a 18% desde 1999. As intervenções com vista a aumentar a taxa de exportação de 14% para 18%-22% visam estimular o desenvolvimento da indústria de processamento de pequena escala. Isto é importante na medida em que o mercado mundial da amêndoa está a mostrar um crescimento considerável. Tal como a Deloitte e Touche (1997) concluiu, o processamento aumenta o valor para a exportação e Moçambique ganha mais benefícios por processar do que por exportar a castanha bruta. A qualidade torna-se então muito importante. Em Outubro de 2002 o INCAJU estabeleceu três categorias de castanha e o pagamento será conforme a qualidade. O INCAJU terá de monitorar o funcionamento dessa categorização.

Este estudo mostrou o envolvimento da mulher na valorização da castanha de caju. A perspectiva de alguns estudos anteriores (incluindo CASCA, 2002:19), de que a maior parte das actividades geradoras de rendimento são dominadas por homens, incluindo a comercialização da castanha de caju é contrariada pelos resultados do nosso estudo. 87% dos entrevistados nas famílias em Namige vendiam a castanha bruta (39 dos 45). As mulheres estão envolvidas em 74% das vendas de castanha bruta. O nosso estudo também evidencia que a castanha de cajú continua a ser uma cultura importante para o consumo familiar e contribui deste modo para a nutrição e segurança alimentar. 93% das mulheres entrevistadas disseram que processavam a castanha elas próprias (em casa) para o consumo, com uma única mulher a dizer que o seu marido fazia esse trabalho. 64% das mulheres realizam algum tipo de processamento do falso fruto. Assim, o nosso estudo torna evidente que as mulheres estão bastante envolvidas tanto no processamento da castanha e do falso fruto a nível familiar, como na comercialização da castanha bruta.

7. Conclusões e recomendações: Desafiando os estereótipos e mudando as abordagens

Este estudo focalizou nas dimensões institucional e social, com particular realce para a dimensão de género, na produção, processamento e comercialização do caju. Embora não tenhamos tratado aspectos técnicos, os nossos resultados levantam questões sobre as melhores opções técnicas para a promoção da produção. Poderão existir problemas com algumas das mudas importadas; e os programas de pulverização, embora tenham sido eficazes nas plantações, nem sempre foram implementados correctamente e/ou eficazmente nas árvores dos camponeses.

As nossas conclusões e recomendações referem-se a questões sociais e institucionais de produção, processamento e comercialização. Destacamos as conclusões que têm implicações para a acção e dividimo-las relativamente às três áreas. Contudo, o nosso estudo confirma a necessidade de tratar em simultâneo as três áreas, se de facto se pretende reactivar o sector. A extensão, o crédito, o acesso ao mercado, os preços e o processamento local constituem factores importantes para estimular os pequenos agricultores. A questão de fundo no nosso estudo é a preocupação pela promoção das condições de vida das mulheres e dos homens envolvidos no sector da castanha de cajú e voltaremos a este ponto no fim.

7.1. Produção

Os esforços empreendidos até ao momento com vista a promover a produção têm sido sobretudo numa perspectiva do topo para a base. O objectivo de aumentar a produção para 100.000 toneladas até 2004/2005 foi estabelecido pelo governo. Porque razão é que os camponeses deverão comprar as mudas ou pagar a pulverização, quando o rendimento monetário é tão baixo? É objectivo do governo incentivar o sector da castanha de cajú e esta iniciativa não parte dos camponeses, acima de tudo, este objectivo **não foi adequadamente discutido com eles.** Pelo que sabemos, os cajueiros têm vindo a baixar a sua produção, o que aliado aos baixos preços praticados e ao difícil acesso aos mercados, levou a que a importância da castanha de caju na vida dos camponeses tenha reduzido.

Porém, **muito pouca informação sobre as causas da fraca produção tem sido divulgada aos camponeses, e menos ainda se discutiu amplamente com eles as várias estratégias e intervenções, desde a prevenção das queimadas, à poda, pulverização e replantio de árvores.** Em muitos projectos em África a extensão agrícola melhorou bastante pela introdução de métodos mais participativos: ensaios com agricultores e grandes produtores; centros de formação agrária e a reciclagem dos técnicos para escutar e aprender com a experiência dos camponeses adquirindo nova informação útil (ex: Van den Ban and Hawkins, 1997). O analfabetismo não constituiu grande obstáculo para a eficiência dos programas de extensão (tal como se dizia no passado), antes pelo contrário, tem havido um grande reconhecimento dos conhecimentos dos camponeses, e as abordagens e os métodos usados passaram a ser mais práticos e baseados no terreno.

Com a liberalização e privatização dos sistemas de extensão, o governo adoptou uma estratégia de parceria com o sector privado e as ONGs. Contudo, não se deve esquecer que estes são passos recentes e os camponeses estão habituados a depender do governo para serviços gratuitos. O INCAJU argumenta que é importante que os camponeses produtores paguem: 1) porque devem valorizar as mudas e contribuir nos custos da pulverização uma vez que os fungicidas são muito caros, e 2) porque o governo tem poucos recursos. Contudo, não foi demonstrado aos camponeses que a pulverização é benéfica, as colheitas das árvores pulverizadas não foram analisadas no contexto dos camponeses, mas sobretudo nas estações de investigação e pequenos ensaios de campo. Os agricultores que optaram pela pulverização, por exemplo em Itoculo, não puderam pagar. A abordagem de pulverização massiva abrangendo o maior número possível de agricultores em muito pouco tempo, algumas vezes através de associações, não foi eficiente. Há necessidade de aprofundar as causas que levaram a que esta abordagem não fosse eficiente. Porém, o governo e as ONG's estão agora a tentar trabalhar através de operadores privados, cada um com o seu atomizador e grupos de camponeses. Houve um processo de aprendizagem considerável pelas organizações intervenientes ao longo dos últimos anos. **É importante que os ajustes e mudanças que estão a ser implementadas, sejam monitoradas para delas se aprender melhor e divulgar os resultados da experiência.**

Algumas ONG's que trabalham com o INCAJU, possuem experiências muito ricas de trabalho com as comunidades. Embora o governo não tenha muita experiência em métodos participativos, apoiou experiências inovadoras de destaque, relativas a consultas e discussões, por exemplo, no âmbito da nova legislação sobre a terra nos fins da década de 90. **Se se pretende reactivar a produção da castanha de cajú pelos camponeses recomendamos uma campanha abrangente que usasse todos os meios de comunicação e grupos disponíveis – incluindo rádios a nível provincial e comunitário, líderes e grupos religiosos, ONG's e autarquias locais, para discutir os problemas e uma série de intervenções visando incentivar a produção.** O governo irá precisar de mais recursos e de instalações para implementar e liderar tal campanha, que deverá ser também acompanhada por mudanças na extensão e apoio aos camponeses. Isto é particularmente importante no Norte, onde a produção está concentrada.

As políticas dominantes sobre a liberalização e privatização tendem a reduzir o papel do estado, o que tem constituído o cerne das políticas de desenvolvimento desde as políticas de "ajustamento estrutural" nos fins da década de 80. Porém, durante a

década de 90 verificou-se uma mudança e passou-se a reconhecer o papel do estado na promoção do que tem sido chamado "pro poor policies", através da criação dum "ambiente apropriado" e facilitação da criação de parcerias entre diferentes actores no desenvolvimento. Esta mudança foi em parte resultado do aumento de desigualdades entre países, regiões e grupos sob o paradigma do mercado. Tanto a vontade política como os recursos são necessários para promover este papel do governo local e central.

As intervenções para promoção da produção excluíram em larga medida as mulheres, apesar do nosso estudo mostrar quão activas elas são no sector do caju. Foi demonstrado em vários e diferentes contextos rurais em África que a comunicação com o considerado "homem chefe da família" não é tão eficaz como comunicar directamente com as mulheres. Na província de Nampula, o nosso estudo evidenciou que, na organização matrilinear, **as mulheres têm níveis consideráveis de acesso e poder sobre a terra e as árvores, que não devem ser ignorados pelas intervenções que têm sido "gender blind" não têm tomado em conta a dimensão de género, dirigindo-se somente aos homens.** Por outras palavras, esta forma de organização social no Norte e as consequentes relações de género, facilita o envolvimento directo das mulheres. Mesmo nos casos em que os homens dominam mais a esfera pública, os chamados padrões tradicionais são dinâmicos, mudam. **As agências deviam conscientemente incluir uma abordagem de género nos seus programas de modo a envolver as mulheres, assim como deviam considerar as estratégias, oportunidades e constrangimentos específicos das mulheres. Uma vez que as mulheres participam activamente neste sector a sua inclusão irá estimular a produção e terá um grande impacto na redução da pobreza.**

Nos programas de pulverização, por exemplo, deve-se tomar contacto com as mulheres sistematicamente e dar-lhes oportunidades de ser contempladas como operadoras, donas de atomizadores e membros dos grupos de camponeses. Mesmo se as mulheres não assumirem essas oportunidades, os operadores devem receber instruções sobre como tratar as questões e problemas específicos das mulheres. **A questão de género deve constituir um foco em todas as intervenções para se promover a produção. Os resultados devem ser monitorados, incluindo a desagregação sistemática por género da informação que é recolhida. As camponesas tal como os camponeses devem constituir alvos tanto da informação como das discussões.** O uso de grupos religiosos onde as mulheres são muito activas, deve ser considerado, uma vez que as organizações religiosas estão bem organizadas com representantes a nível provincial, com os quais o INCAJU e as ONG's podiam interagir e que por sua vez podiam servir de canais de divulgação.

7.1.1. Pontos chave para acção:

- Coligir a experiência dos diferentes actores sobre as iniciativas existentes para promoção da produção, de modo a ser divulgada a todos os intervenientes do sector do caju, incluindo os camponeses.
- ◆ O governo precisará de mais capacitação e recursos para liderar este esforço. Os doadores, as ONG's e o sector privado a trabalhar nas províncias do Norte devem ser mobilizados para apoiar esse esforço.

- Devem usar-se diferentes métodos de extensão de acordo com os diferentes grupos e os diversos objectivos traçados. Distinguir categorias de agricultores (ex. grandes agricultores, camponeses) e outros actores para intervenções específicas. No que diz respeito a metodologias de extensão o INCAJU e o MADER deveriam trabalhar mais em conjunto.
- Inverter a abordagem do “topo para a base” para métodos mais participativos e baseados no campo. Isto deve incluir investigação/acção sobre as novas mudas e doenças.
- O género deve ser um foco em todas as intervenções para promover a produção. Tanto as camponesas como os camponeses devem ser considerados como alvos no que diz respeito à informação, discussão, e participação nas associações e grupos de camponeses.
- Deve considerar-se o uso de grupos religiosos, onde as mulheres são muito activas, para debater o aumento da produção, considerando as estratégias, oportunidades e constrangimentos específicos das mulheres.
- Os resultados das intervenções devem ser monitorados desde uma perspectiva de género, e as lições devem ser aprendidas e divulgadas. Os dados devem ser sistematicamente desagregados conforme o sexo.

7.2. Processamento

Conforme já discutimos neste relatório, o encerramento das fábricas foi devido a vários factores incluindo a rápida liberalização e a eliminação das taxas protecionistas preconizadas pelo Banco Mundial. Em termos de preços ao produtor os resultados são reconhecidamente frustrantes. Na actualidade há novas iniciativas para promover o processamento dentro do país. Todavia, **as relações entre o governo e o sector privado continuam tensas e precisam de melhorar pela via do diálogo**. O número das fábricas em funcionamento continua muito baixo e o número total de trabalhadores empregados é de cerca de 2.000, em comparação com os 10.0000 empregados antes do encerramento das fábricas. **É importante que o governo continue a apoiar a instalação de novas fábricas de processamento, a monitorar e divulgar as experiências que existem no âmbito das novas iniciativas**. Isto deve incluir a monitoria da implementação da fábrica de Namige e a nova intervenção para implementação de “satélites”.

O nosso estudo sobre os antigos trabalhadores em Angoche documenta claramente um processo de empobrecimento e declínio de alternativas para o rendimento monetário numa economia em depressão. Não há fábricas de processamento nesta área. Aquando da privatização mais mulheres perderam o emprego do que homens. **Com o encerramento das fábricas, as mulheres enfrentam muito mais problemas que os homens para conseguirem fontes alternativas de obtenção de dinheiro**; por causa da sua menor mobilidade, das suas responsabilidades domésticas, e das ideias dominantes sobre o que é considerado “trabalho de mulheres” e “trabalho de homens”. **As indemnizações não foram suficientes para atenuar a pobreza**.

As condições dos trabalhadores pioraram desde que o governo deixou de operar as fábricas. Do ponto de vista dos trabalhadores tanto em Angoche como em Geba, o papel dos sindicatos mudou da promoção dos interesses dos trabalhadores para uma forma de controle da gestão, a assistência médica deteriorou, as creches desapareceram e a gestão tornou-se mais autoritária. No caso de Cageba, em particular, parece haver um clima de medo e desentendimento entre os trabalhadores e os gestores.

Tanto nas duas fábricas em funcionamento como nas duas fábricas encerradas que estudamos, os homens controlam o sector de descasque (nenhuma mulher envolvida!) Em Namige, embora os gestores assegurassem que “as portas estavam abertas” para as mulheres, estas simplesmente não eram encorajadas nem treinadas para fazerem esse trabalho, do mesmo modo como se actuou para com os homens. Contrariamente, os homens trabalham na secção de despeliculagem que era considerada como sendo o “trabalho de mulheres”, até estão em maior número na secção de despeliculagem na Cageba. Existiam trabalhadores (homens) nesta secção em Angoche e existem também actualmente na “Miranda Cajú”. **Isso significa mais emprego para os homens uma vez que lhes é facilitado o acesso a todas as áreas de actividades. Por conseguinte, as mulheres estão a perder a renhida concorrência pelo emprego. Devem ser empreendidos esforços para fazer face a esta situação, encorajando o sector privado (por exemplo através de directivas do governo e advocacia das ONG’s) para formar activamente mulheres, de modo a que estas possam trabalhar em diferentes secções e dando-lhes a oportunidade de trabalhar no descasque.** Enquanto as mulheres (e alguns homens) poderão optar por não trabalhar no descasque por causa do CSNL, não há razões para que as mulheres não possam fazer esse trabalho. Na Índia, as mulheres participam activamente nesta secção usando o mesmo equipamento agora utilizado em Moçambique.

Um bom número de mulheres chefes de família está representado nas fábricas, e como foi critério de selecção em Namige, 47% das trabalhadoras cabem nesta categoria. **Nos três locais estudados onde existem fábricas, os agregados familiares encabeçados por mulheres são maiores e o trabalho remunerado é crítico para essas mulheres.** Para obter empregos os homens têm mais oportunidades e têm ligações na fábrica, onde a gestão é dominada por homens.

Tanto nas duas fábricas em funcionamento como nas duas fábricas encerradas que estudamos, as mulheres controlam o dinheiro que auferem, decidindo onde guardar e como usá-lo. As esposas dos trabalhadores também participam na tomada de decisões, uma vez que em muitos casos, os salários são lhes entregues para gestão. Em todos os locais (independentemente do nível do salário) as mulheres poupam mais que os homens e apoiam os seus familiares com o salário, mais que os homens.

É importante a formação das mulheres nas áreas de produção e processamento relacionados com o projecto de “satélites” em Namige. Grupos de mulheres, particularmente na organização socio-cultural matrilinear, são muito capazes de operar um satélite.

O nível salarial determina o grau de contribuição deste para os meios de sustento dos trabalhadores, assim como a realização ou não de outras actividades a fim de poderem

providenciar alimentos e cash para as respectivas famílias. No caso de Namige, as trabalhadoras da fábrica têm uma carga de trabalho bastante pesada, trabalham longas horas. Os seus salários são baixos e por isso dedicam o mais tempo possível à agricultura, para além das suas tarefas domésticas e o cuidado das crianças. Conforme já discutimos, **a lei não estabelece o salário mínimo para os trabalhadores da indústria rural. É importante haver discussões tri-partidas construtivas sobre esta matéria entre o governo, os empregadores e os sindicatos. Os trabalhadores e sindicatos estão presentemente numa posição frágil e o governo deve ser um árbitro importante para proteger os direitos dos trabalhadores a salários e condições de vida dignos, enquanto se negocia o que é possível que os empregadores paguem num ambiente liberalizado e competitivo.**

7.2.1. Pontos chave para acção:

- Estimular o diálogo entre os vários actores, particularmente entre o sector privado e o governo. As ONG's tais como a SNV podem ter um papel de mediação.
- ◆ Continuar a apoiar as novas fábricas de processamento de média/ pequena escala, monitorar e divulgar as experiências.
- Considerar critérios específicos para a selecção de mulheres com vista a prevenir a marginalização (exclusão) das mulheres dos empregos remunerados.
- Devem existir discussões tripartidas, entre o governo, empregadores e sindicatos sobre o salário mínimo para as indústrias rurais.
- Encorajar e capacitar da mesma forma homens e mulheres nas fábricas.
- Estabelecer o equilíbrio de género nas fábricas em Nampula treinando as mulheres a trabalhar em diferentes secções e dando-lhes a oportunidade de trabalhar no descasque.
- Formar as mulheres nas áreas de produção, processamento e comercialização no projecto de implementação de “satélites” de Namige e monitorar os resultados.

7.3. Comercialização e o valor da castanha de cajú

O número de compradores varia de lugar para lugar e está relacionado com a acessibilidade da área (vias de comunicação) e a produção. O acesso aos mercados (compradores) foi em parte responsável pelo fracasso do programa de pulverização em Itoculo. Os preços variam muito segundo a qualidade, lugar, número de intermediários, proximidade dos portos entre outros factores. Enquanto alguns administradores locais tentam dar aos camponeses algumas orientações relativamente aos preços do mercado no começo de cada campanha de comercialização, **deve haver mais informação para os camponeses**, no contexto amplo das estratégias que já discutimos, **sobre os factores que influenciam o preço**. As mulheres estão activamente envolvidas na comercialização da castanha bruta e devem ser activamente envolvidas na divulgação de tais informações. Esta não é uma actividade fácil numa economia de mercado, mas a **capacidade** dos camponeses, homens e mulheres, para compreender as forças envolvidas neste processo deve começar a ser criada. O projecto CASCA em Nampula é uma tentativa inovadora de ligar a produção, processamento e comercialização e **merece mais estudo, aprendizagem e divulgação**.

As políticas sempre focaram a comercialização da castanha de caju, todavia, **as outras formas de valorização da castanha** (consumo e processamento do fruto - sumo, caju, álcool) não devem ser esquecidas. Contribuem para a **nutrição e segurança alimentar e podem contribuir para o rendimento monetário**.

As três áreas do sector do caju, produção, processamento e comercialização sobrepõem-se e por isso os sistemas agrários e as condições de vida rurais não podem ser desvendados e compreendidos se essas áreas forem consideradas separadamente. **É por isso necessária uma abordagem integrada**. Quando se fala de meios de sustento, fala-se de conseguir viver e/ou sobreviver, o que implica uma colaboração e competição sobre os recursos, posições e redes sociais entre as diferentes classes e grupos, e entre homens e mulheres. **A totalidade das intervenções necessitam de uma abordagem consciente da dimensão de género** para poder tomar em conta a importância das mulheres neste sector. Esta abordagem não apenas promoverá a igualdade de direitos entre homens e mulheres como redundará em esforços para reviver o sector de caju numa forma mais eficaz, ao mesmo tempo que contribuirá para melhorar os meios de sustento dos agregados familiares pobres.

7.3.1. Pontos chave para acção:

- Avaliar o contexto da comercialização (número dos compradores, preço, estradas, transporte) antes de implementar as intervenções.
- Aumentar o fluxo de informação para os camponeses sobre os preços e os factores que os influenciam.
- Implementar uma abordagem integrada na qual as áreas de produção, processamento e comercialização estejam interligadas; aprender com experiências como a de Namige e divulgar os resultados.
- Reconhecer as outras maneiras de valorização do caju através do processamento local do falso fruto e apoiá-las, de modo a melhorar a segurança alimentar e a nutrição e contribuir para o rendimento monetário.
- Reconhecer que as mulheres estão envolvidas na valorização da castanha de caju e incluí-las activamente na informação e apoio institucional.
- Reconhecer que as mulheres participam activamente na comercialização da castanha bruta e devem também ser consideradas como grupo alvo da informação.

8. Referências

- Abt Associates (1999) Avaliação do estado da competitividade e emprego na Indústria de processamento de cajú em Moçambique, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Moçambique
- Assembleia da República (2000) Lei de Trabalho (Lei no 8/98 de 20 de Julho)
- Ban van den, A. and Hawkins, H.S. (1997) Agricultural extension. Blackwell publishers
- CASCA (2002) Programme proposal. Support to the cashew sector in Nampula Province, Mozambique. ADPP, AMODER and SNV, July 2002.
- Cramer, C. (1999) Can Africa Industrialise by processing primary commodities? The case of the Mozambican cashew nuts. *World Development*, vol 27, no. 7 pp 1247-1266.
- Deloitte & Touche ILA (Africa) (October 1997, final report) Cashew marketing liberalization impact study Mozambique.
- Fortmann, L., C. Antinori and N.Nabane (1997) Fruits of their labour: gender property rights and tree planting in two Zimbabwean villages. *Rural Sociology* 62 (3) pp 295-314
- FAO (1993) Agricultural extension and farm women in the 1980's. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, Italy.
- Fortmann, L (1998) Why women's property rights matter. Mimeo.
- Hanlon, J. (2000) Power without responsibility: the World Bank and Mozambican cashew nuts. *Review of African Political Economy* 83
- Hilton, B. R. (1998) Our experience with Cashew. *Echo Development Notes* 62: 4-5.
- Hirvonen, S. (1997) Status report on the SPA gender pilot study on cashew in Mozambique.
- Hirvonen, S. (March 1998) Inquérito sobre caju ao sector familiar, Síntese dos relatórios das entrevistas colectivas. Ministério da Agricultura e Pescas, Departamento de Estatística.
- Hirvonen, S. (May 1999) Cashew gender literature review: contents by topic.
- INCAJU (December 1998) Componente produção, Plano director do caju.). Ministério da agricultura e desenvolvimento rural
- INCAJU (November 2001). Componente comercialização e industrialização (parte 1, texto). Ministério da agricultura e desenvolvimento rural

- Kanji, N, Vijfhuizen, C. and S. Young (2002) Cashing in on cashews. Policies, production and gender in Mozambique. Paper presented at the 8th International Interdisciplinary Congress on Women, 21-26 July 2002, Kampala, Uganda.
- Lastarria-Cornhiel, S. (1997) Impact of privatization on gender and property rights in Africa. *World Development*, Vol 25, No 8 pp 1317-1333.
- Matule (2002), personal communication, Mozambique.
- McMillan et al, 2002 "When Economic Reform goes Wrong: Cashews in Mozambique" Faculty Research Working Paper Series, Harvard University, USA.
- Medeiros, de J. I. (Junho 2002) Processamento descentralizado de castanha de caju. Nampula, Mocambique, programa CASCA, SNV Organizacao Holandesa de desenvolvimento.
- Ministry of Agriculture Mozambique & The World Bank (December 1998) Cashew production and marketing among smallholders in Mozambique: a gender differentiated analysis based on household survey data. A preliminary report of the gender/cashew pilot study. Discussion paper 1.
- Mole, P.N. (2000) An economic analysis of smallholder cashew development opportunities and linkages to food security in Mozambique's Northern Province of Nampula. PhD dissertation, Michigan State University, Ministry of Agriculture and Rural Development, Directorate of economics, Mozambique.
- Patel, K., 2002, WWW. AllAfrica.com
- Penvenne J. (March 1997) "Seeking the Factory for Women: Mozambican Urbanization in the Later Colonial Era" *Journal of Urban History*, 23: 3
- Topper, C.P. and Caligari, P.D.S (October 1999). Cashew Study Tour in East Africa. Finance by USAID, Washington. (Includes study visit to Mozambique)
- Wandschneider and Garrido Mirapeix (August 1999) Food security Unit Mozambique, European Commission; Cash Cropping in Mozambique: evolution and prospects. Technical Paper Nr. 2.
- World Bank (March 2001) Cashew production and marketing in the smallholder sector in Mozambique.